



Síndrome de Havana ou Síndrome de Washington?

Dr. José Ramón Cabañas Rodríguez

M●NITOR DO ORIENTE MÉDIO

MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

O Monitor do Oriente Médio é um instituto de pesquisa política sem fins lucrativos que fornece informações e análises abrangentes sobre política internacional. Sua produção é disponibilizada para uso de jornalistas, acadêmicos e políticos com interesse nas regiões do Norte da África e Oriente Médio — com destaque para a questão palestina. O portal em português também inclui informações e análises sobre América Latina.

O objetivo do MEMO é influenciar políticas e pautas públicas a partir da perspectiva da justiça social, dos direitos humanos e da lei internacional. Isso é fundamental para obter igualdade, segurança e justiça.

O MEMO gostaria de ver um Oriente Médio definido por princípios de igualdade e justiça, ao promover a restauração dos direitos palestinos, incluindo o direito de retorno e um Estado palestino democrático com Jerusalém como sua capital. O MEMO defende também um Oriente Médio livre de armas nucleares.

Ao assegurar que formuladores de políticas sejam melhor informados, por meio de uma cobertura de mídia justa e embasada, o MEMO busca promover um maior impacto nos atores responsáveis por decisões-chave que afetam políticas regionais e internacionais.

Síndrome de Havana ou Síndrome de Washington?
Imagem de capa: Sound Waves; Garry Killian/Freepik

Publicado em janeiro de 2022.

© Editora MEMO 2022

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, transmitida ou distribuída, por qualquer forma ou meio, sem expressa autorização prévia dos detentores dos direitos autorais.



Monitor do Oriente Médio
Avenida Conselheiro Carrão, 1077
Sala 706, Vila Carrão São Paulo
Estado de São Paulo, Brasil
+55 (11) 2093-0599
www.monitordooriente.com

Síndrome de Havana ou Síndrome de Washington?

Dr. José Ramón Cabañas Rodríguez

Diretor do Centro de Pesquisa para Política Internacional (CIPI), sediado em Havana.

Serviu à diplomacia cubana por 37 anos. Em âmbito doméstico, foi vice-diretor do Ministério de Relações Exteriores para os Estados Unidos e Canadá, diretor de assuntos consulares e da diáspora cubana, diretor de gestão de documentos e vice-chanceler.



Em âmbito internacional, trabalhou no Canadá e foi embaixador na Áustria, Eslovênia e Croácia, representante permanente para as organizações internacionais em Viena, chefe da seção de interesses cubanos em Washington e então embaixador nos Estados Unidos. Também foi membro de diversas delegações cubanas na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Um homem com bafo de álcool entra em uma sala de aula e agride um dos estudantes. Uma e outra vez, exige que o rapaz reconheça a paternidade da criança que sua filha supostamente carrega no útero. O rapaz é espancado de tal forma que perde a consciência. Entretanto, quando o agressor chega em casa, descobre que o teste de gravidez encontrado no quarto de sua filha pertencia, na verdade, a sua vizinha.

Essa anedota simples pode ilustrar as repercussões dos sintomas que alguns oficiais dos Estados Unidos, radicados em Havana, reportaram e vincularam a um suposto atentado, logo às vésperas das eleições presidenciais que levaram Donald Trump à sede do poder americano, em Washington. Tais eventos excepcionais foram mencionados dentro da embaixada por alguns funcionários que não detinham, contudo, funções diplomáticas. Mais tarde, a suposta doença espalhou-se a um grupo maior de funcionários.

Em 17 de fevereiro de 2017, o então encarregado de negócios dos Estados Unidos em Havana enviou uma queixa ao Ministério de Relações Exteriores sobre “ataques” contra sua equipe, supostamente realizados desde novembro do ano anterior. Não houve qualquer menção a doenças ou sintomas. De imediato, peritos cubanos começaram a investigar, sem jamais imaginar por que as informações não foram compartilhadas desde o primeiro dia.

Paradoxalmente, aqueles afetados não buscaram qualquer tratamento médico nas clínicas que frequentavam em Havana, da mesma forma que seus homólogos cubanos costumam fazer em Washington, quando necessário, desde então até os dias de hoje.

Cinco dias após o primeiro relato, oficiais cubanos se encontraram com o chefe de segurança da embaixada americana e notaram seu desconhecimento sobre a crise que se propagava entre pessoas que supostamente deveria proteger. Algumas horas depois, o nome deste indivíduo apare-

ceu numa lista de supostas vítimas dos supostos ataques, o que justificou seu retorno aos Estados Unidos. Cuba se ofereceu diligentemente para colaborar com os esclarecimentos do episódio, ao destacar que cooperar com as agências americanas seria fundamental. Medidas de proteção para escritórios e residências de diplomatas foram logo reforçadas e novos canais de comunicação foram abertos.

A pedido do mais alto escalão do governo de Cuba, um inquérito policial foi lançado e um comitê científico interdisciplinar foi designado para analisar as denúncias. As investigações concluíram que não havia qualquer evidência de eventuais ataques e que a vasta variedade de sintomas não poderia ser atribuída a uma causa comum.

O Departamento Federal de Investigação (FBI) visitou Havana quatro vezes, para conduzir sua análise própria com absoluta liberdade. Suas conclusões coincidiram com as opiniões dos especialistas cubanos de que não havia evidência de qualquer atentado. Contudo, o Departamento de Estado dos Estados Unidos rejeitou a proposta do FBI de conduzir parte das investigações no [Centro de Controle e Prevenção de Doenças](#) (CDC), em Atlanta, que também possuía grande experiência na troca de informações científicas com as agências cubanas.

Enquanto isso, de janeiro de 2017 a meados do mesmo ano, oficiais da embaixada americana solicitaram diversos vistos em nome de parentes ou amigos próximos para permití-los desembarcar na ilha, além de procedimentos de viagem às províncias cubanas sob razões de turismo, em inúmeras ocasiões. O comportamento não correspondia com a atitude de um grupo que sentia-se submetido a qualquer assédio externo.

Durante reuniões a portas fechadas, oficiais americanos em Washington e Havana passaram a utilizar o termo “ataque” para referir-se aos eventos misteriosos. Seus correspondentes cubanos advertiram então contra conclusões apressadas e pediram evidências concretas.

As poucas informações compartilhadas com Cuba via canais diplomáticos pareciam deliberadamente falaciosas ou imprecisas. Em certa ocasião, foi apresentado um mapa de escala reduzida da cidade de Havana, com enormes pontos vermelhos em diversas localidades, que não especificaram onde ocorreram os supostos eventos. Em outra ocasião, foram compartilhadas gravações estranhas de áudio que, comparadas com registros científicos, correspondiam com zumbidos de insetos comuns do ecossistema da ilha.

Após o serviço de segurança diplomática de Cuba concordar com a embaixada americana em um mecanismo para alertar as autoridades em tempo real sobre a eventualidade de novos incidentes, este mesmo mecanismo sequer foi utilizado e, em uma série de ocasiões distintas, as informações pareciam demorar bastante para chegar às instituições relevantes.

O Departamento de Estado se restringiu a mensagens curtíssimas: algo aconteceu em Havana e o governo cubano tem de explicar, mesmo que não haja dados concretos sobre o que aconteceu. Em termos esportivos, seria como treinar tiro contra um alvo em movimento.

Washington começou então a retirar oficiais e suas famílias de Havana. Não obstante, os indivíduos em questão tornaram pública sua incompreensão com a medida e mesmo seu desejo de retornar às suas posições. Em outras palavras, eles não compartilhavam a teoria dos ataques ou sequer consideravam a si próprios como importantes o bastante para serem alvejados e repatriados. Entretanto, suas solicitações foram indeferidas e foram logo designados a outras funções.

Em agosto, e com o mesmo nível de imprecisão, as notícias chegaram à imprensa americana. Meses depois, um jornalista cunhou o jargão então adotado, ao associar uma suposta síndrome com o nome da capital cubana. Com efeito, e de modo bastante disciplinado, foram compiladas teorias e especulações com base em declarações e eventuais vazamentos,

propositalmente inexatos ou sensacionalistas, a partir de inúmeras fontes do governo federal.

Ao revisitarmos as reportagens da época, torna-se claro que as informações sobre os supostos ataques foram disseminadas ao público americano por meio de mídias específicas, sem questionar devidamente a narrativa oficial. Especialistas cubanos localizaram e conversaram com os diretores das agências responsáveis por propagar os rumores, que jamais conseguiram negar o papel de seus repórteres como fontes anônimas ao governo americano. Washington, de sua parte, aparentemente preferiu escalar a crise ao invés de buscar explicações. Os mesmos editores não conseguiram justificar a razão de retomar periodicamente a matéria, apesar de não haver qualquer novidade em campo.

Houve especulação sobre [armamentos que produziram ondas sônicas](#), sem qualquer registro de fabricantes, planos ou impressões digitais. Ao contrário, foram atribuídas a tais armas capacidades jamais comprovadas; sobretudo, negadas pela ciência.

Na falta de um consenso sobre uma potencial “arma do crime”, a retórica voltou-se a possíveis responsáveis pelo ataque — novamente, sem evidências —, incluindo forças “dissidentes” que, aliás, nada ganhariam em sabotar relações bilaterais ou com outros agentes. Em todo caso, a verdadeira dissidência repousava em Washington, dentre aqueles que queriam [reverter a política do presidente Barack Obama sobre a nação caribenha](#) e que buscavam desesperadamente um bom argumento — verossímil ou não — para assumir medidas que assegurassem este processo de regressão.

Sem mais tardar, uma parcela substancial do público americano acreditava tanto na hipótese de “ataques sônicos” quanto em uma dieta saudável composta por McDonalds e Coca Cola.

Foi Cuba — e não os Estados Unidos — que solicitou um encontro de ministros de política externa para debater a matéria, realizado em 26 de setembro de 2017, na cidade de Washington. Na ocasião, tornou-se evidente que o mais alto escalão do Departamento de Estado não recebeu informações sobre a investigação conduzida pelo FBI na capital cubana.

É marcante que o então Secretário de Estado Rex Tillerson, ex-executivo sênior da ExxonMobil — corporação multinacional que gastou milhões de dólares na busca por combustíveis fósseis, dadas descobertas concretas —, preferiu prejudicar o relacionamento bilateral com Cuba, sem qualquer prova material para suas alegações.

Durante sua visita à capital americana, o chanceler cubano apresentou seu ponto de vista a oito senadores e aos líderes da oposição na Câmara dos Representantes — os parlamentares agradeceram a troca. Antes e depois do comparecimento em plenário, no entanto, o Congresso americano realizou diversas audiências secretas sobre a matéria, mas nenhuma reunião resultou em quaisquer dados conclusivos concedidos à Casa Branca, nem mesmo sob o pretexto da mais hermética legislatura de segredo de estado.

Do Capitólio, o ministro cubano partiu para o [Clube de Imprensa Nacional](#), onde encontrou-se com um grupo influente de repórteres responsáveis por cobrir política externa. O chanceler então conduziu uma longa lista de questionamentos sobre as contradições do caso, que continuam sem resposta até hoje. O impacto de sua intervenção junto à mídia americana foi, portanto, meramente marginal.

Nas sucessivas trocas a seguir, o Departamento de Estado reconheceu que não possuía qualquer informação sobre as pré-condições médicas de seus diplomatas, antes de deixarem Cuba ou outras localidades. Portanto, não poderia afirmar ou descartar que os sintomas apresentados — além disso, discrepantes — não seriam resultado de alguma doença anterior à sua

recente chegada a Havana. Entretanto, o Departamento de Estado sentiu a necessidade de conferir certo verniz de credibilidade a tamanha inconsistência e um artigo foi finalmente publicado na [Revista da Associação Médica Americana \(JAMA\)](#). Embora fosse redigido para outorgar nuances científicas à acusação, o texto impôs novas dúvidas, sem apresentar qualquer tese conclusiva. O lado cubano não precisou sequer questioná-lo, dado que o conselho editorial da publicação se incumbiu de escrevê-lo, mas a mesma edição preferiu distanciar-se do texto.

Neste entremeio, Cuba insistia em reunir cientistas de ambos os lados para analisar o problema. Entretanto, foi apenas em 2018 que o Departamento de Estado autorizou que um grupo de oficiais recebesse uma delegação cubana. Esta apresentou as incoerências do caso, enquanto o lado americano respondia somente com trechos retirados de [artigos da JAMA](#). Todavia, em uma demonstração de incomum profissionalismo na ocasião, os funcionários americanos deixaram claro que jamais sugeriram à liderança da agência federal que se referisse como “ataques” aos incidentes em questão.

Na época, os cientistas cubanos tomaram a iniciativa de reunir-se com renomados colegas americanos, especializados em diversas matérias relacionadas ao caso, como neurologia e psiquiatria. Houve absoluto consenso na abordagem de ambas as partes. Na falta de um local para sediar a coletiva de imprensa que apresentaria os resultados do debate, a embaixada cubana convocou representantes de mídia que cobriam a questão por meses. Houve uma troca frutífera de perguntas e respostas e os jornalistas fizeram suas anotações. Contudo, seus editores não consideraram que o conteúdo detinha valor de notícia e muito pouco foi efetivamente publicado.

Neste ponto, vale mencionar algumas das contribuições que cientistas e analistas de diversos países — não apenas Cuba — trouxeram desde o princípio:

Colleen G. Le Prell, diretor do programa de audiologia da Universidade do Texas: “A comunidade de audiologistas tem dúvidas sobre como poderia ser descrita a causa dos sintomas, porque ninguém tem uma boa explicação para isso ... O surto súbito de perda auditiva sem uma fonte audível é bastante incomum”.

(Newsweek, 29 de agosto de 2017).

Andrew Oxenham, psicólogo do Laboratório de Percepção Auditiva e Cognition da Universidade de Minnesota: “Não consigo explicar de modo algum essa doença e perda auditiva supostamente relacionada ao som ... Não existe maneira de um aparelho acústico causar danos auditivos com ruídos inaudíveis. Você simplesmente não pode estimular o ouvido interno dessa forma, ao ponto de causar danos”.

(BuzzFeed News, 30 de agosto de 2017).

James Jauchem, biólogo aposentado que investigou efeitos da energia acústica no laboratório de pesquisa da Força Aérea dos Estados Unidos: “Os elementos que os pesquisadores descreveram como arma acústica são desconhecidos”.

(The Verge, 16 de setembro de 2017)

Joe Pompei, ex-pesquisador do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), fundador e presidente da empresa Holosonics: “Jamais houve qualquer tipo de resposta fisiológica que reflita os sintomas relatados, causada por ondas sonoras de qualquer espécie”.

(Business Insider, 29 de setembro de 2017).

Jurgen Altmann, físico da Universidade Técnica de Dortmund, Alemanha: “Eu diria que é bastante inverossímil ... Não conheço qualquer efeito acústico que possa causar sintomas de concussão”.

(The New York Times, 5 de outubro de 2017).

Jun Qin, engenheiro acústico da Universidade do Sul de Illinois (SIU): “Ruídos que viajam pelo ar não são capazes de sacudir sua cabeça ... O ultrassom não consegue viajar longas distâncias”.

(The New York Times, 5 de outubro de 2017).

Adam Rogers, jornalista especializado em questões de tecnologia: “As aventuras do encontro inusitado entre James Bond e X-Files em solo cubano continua”.

(Wired, 5 de outubro de 2017).

As opiniões em consenso eram abundantes e continuam a sê-lo quatro anos depois. Houve um momento no qual os criadores da síndrome chegaram a abandonar a explanação sonora, pois a tese tornava-se cada vez mais insustentável. [Foram mencionadas até mesmo micro-ondas](#) para tentar elucidar os “ataques” — o que também mostrou-se imprecendente de acordo com a ciência.

No entanto, a já denominada [“Síndrome de Havana”](#) tornou-se um argumento útil para os Estados Unidos perante sua opinião pública e mesmo outros agentes para justificar o fechamento dos serviços consulares de sua embaixada na capital cubana. Ajudou ainda a promover o fim dos serviços de cidadania e imigração então oferecidos, reduzir a presença da diplomacia em Washington, diminuir o fluxo de turistas e incitar dúvidas sobre o compromisso das autoridades de Cuba sobre a segurança dos diplomatas estrangeiros em seu território.

Mas o que ganharia Cuba se de fato tivesse assediado os oficiais americanos, seja como for? Poderia alguém em seu juízo perfeito pressupor que as autoridades cubanas queriam retroceder nas relações bilaterais de modo a restituir o bloqueio?

Não havia crime, vítimas, evidências ou sequer motivos para tanto. Portanto, por qual razão foram lançadas tantas acusações contra Cuba?

Quando Tillerson renunciou do Departamento de Estado, o novo secretário Mike Pompeo comentou o episódio: “A natureza exata dos traumas sofridos pelo pessoal afetado é desconhecida e, caso haja uma causa comum a todos os casos, não foi ainda determinada”. Antes de sua nomeação como chefe de política exterior, Pompeo servira como diretor da Agência Central de Inteligência (CIA), órgão federal americano ao qual pertencia a maioria dos supostos indivíduos alvejados pelo “ataque”.

Por meses, os supostos atentados pareciam tratar-se apenas de uma questão bilateral; caso uma terceira entidade fosse citada, seria em termos de “alguma potência interessada em prejudicar as operações americanas” — posteriormente, identificada como a Rússia, por meio de novas especulações inconclusivas.

Não obstante, a narrativa oficial de Washington assumiu uma reviravolta inesperada em abril de 2018, quando um oficial americano apresentou sintomas da suposta síndrome a uma distância considerável do Caribe — isto é, em território chinês. Curiosamente, não houve excessos na conduta do Departamento de Estado e nenhuma das medidas implementadas contra Cuba, ainda em vigor, foram tomadas contra a potência asiática. Embora certos indivíduos tenham tentado dar coro às declarações hostis, a versão oficial registrou somente uma citação, que logo desapareceu das manchetes e holofotes.

A história tornou-se ainda mais improvável quando foram constatados sintomas da “Síndrome de Havana” em duas pessoas distintas radicadas nos Estados Unidos, em abril de 2021. Em agosto, outros oficiais situados na Alemanha e Áustria juntaram-se à lista de supostas vítimas. Diante desses eventos, porém, a Casa Branca jamais exigiu qualquer segurança adicional de Berlim ou Viena, para proteger seus cidadãos no exterior. O fluxo de visitantes nacionais a tais destinos tampouco foi reduzido.

Supondo que os rumores contra Cuba fossem verdade, como é possível explicar que uma potência perversa viajasse meio mundo, incluindo a capital americana, com uma “arma” estimada no tamanho de um tanque de guerra, que teria de emitir um ruído intenso o bastante para causar danos cerebrais, com uma capacidade absolutamente específica de ferir somente pessoas selecionadas e deixar indivíduos intactos a poucos metros do alvo?

Então, aconteceu o inevitável: a teoria criada para prejudicar relações com um país estrangeiro foi utilizada por supostas vítimas para registrar processos nos tribunais americanos, sob a acusação de que o Departamento de Estado e outras agências não protegeram adequadamente seus empregados. O caçador tornou-se a caça.

Cuba adotou uma postura de absoluto respeito à ciência, ao compartilhar opiniões e análises de seus especialistas que estudaram e trocaram as poucas informações disponíveis, além de oferecer formas de cooperação sem jamais lançar alegações ao vento. Entretanto, após um longo período de medidas punitivas implementadas por Washington, seria razoável pressupor algumas generalizações.

A maioria das vítimas não era sequer diplomatas, mas sim funcionários ligados aos serviços de inteligência. Todos compartilhavam espaços físicos fechados nas embaixadas de seu país no exterior, além de aparatos de tecnologia e hábitos comuns — condições e demandas que certamente os forçaram a enfrentar um considerável estresse emocional e psicológico.

Seria mais produtivo às agências americanas gastarem tempo em exercícios de introspecção, caso quisessem, para demonstrar ao menos uma atitude mais coerente para tratar dos problemas como um todo. Caso não fosse possível, ainda assim, seria de se esperar alguma retificação do governo de Joe Biden sobre o que herdou da administração prévia, implementada com o propósito deliberado de causar danos irreversíveis nas relações bilaterais com Cuba.

Graças ao trabalho de transparência conduzido pelo [Arquivo de Segurança Nacional dos Estados Unidos](#), em fevereiro de 2021, três relatórios tornaram-se públicos sobre a Síndrome de Havana, compilados pelo Departamento de Estado, pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças e pela [Academia Nacional de Ciências, Engenharia e Medicina](#). Todos refletiam sobre o que aconteceu à luz do mandato de Donald Trump — isto é, decisões precipitadas e falta de cooperação de funcionários das agências afetadas com os especialistas responsáveis pela investigação, falta de acesso adequado aos envolvidos ou sequer uma teoria para explicar a atribuição de sintomas tão diversos a uma causa comum.

Em particular, o relatório do Departamento de Estado sugeriu que a decisão de Trump de dismantelar a embaixada de Havana, no início de 2018, em retaliação aos “ataques” contra seus diplomatas, decorreu de motivações políticas, má gestão, desrespeito a regulações estabelecidas e falta de coordenação com as agências correspondentes. O mesmo texto revelou que o presidente republicano decidiu reduzir em 60% o contingente consular na capital cubana e desativar a operação da embaixada sem qualquer prova de que o governo cubano estivesse por trás dos misteriosos problemas de saúde que supostamente assolaram cidadãos americanos.

Declarou o relatório: “A decisão de reduzir a equipe em Havana não parece demonstrar protocolos regulares do Departamento de Estado, tampouco foi precedida ou acompanhada por qualquer análise formal sobre os riscos e benefícios de manter a presença física de funcionários do governo americano na cidade de Havana”.

Confissão das partes e divulgação de evidências.

Concordamos, portanto, que a próxima vez que alguém exigir prova de paternidade, primeiro é preciso verificar a gravidez ou, ao menos, não recorrer a posições extremas.

MEMO

MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

Criando Novas Perspectivas



monitordooriente.com



[/monitordooriente](https://www.facebook.com/monitordooriente)



[@monitordoorient](https://twitter.com/monitordoorient)



[@monitordooriente](https://www.instagram.com/monitordoorient)